

uma paralisação. E, no interior do estado de São Paulo, uma vez por semana, as sedes da Procuradoria Geral do Estado também param para colocar essa questão na Ordem do Dia.

Eu estou assomando esta tribuna para declarar o meu total apoio aos servidores da atividade-meio da Procuradoria Geral do Estado. O governo disse que não tem dinheiro para poder atender as reivindicações, tanto reajuste do prêmio de incentivo conhecido como PIC, como também a reestruturação das carreiras para que nós possamos ter esses servidores qualificados nessa área tão cara para o nosso estado. Hoje o estado de São Paulo tem 350 bilhões de reais registrados na sua dívida ativa: é uma montanha de recursos. São 100 bilhões a mais do que o estado vai arrecadar esse ano.

Precisamos então arregaçar as mangas e ir à luta para recuperar esses recursos. São muitas vezes empresas que se profissionalizam e não pagaram as suas dívidas, e ficam esperando programas de parcelamento de dívida. Enquanto eles não vêm, o dinheiro que era para pagar impostos, sobretudo ICMS, fica aplicado em títulos da dívida pública e fica rendendo mais do que se tivesse pagado os impostos. Aí o governo lança um programa de parcelamento de dívida, as empresas entram, os juros são amortizados, a mora também é amortizada. Ou seja, fica muito bom não pagar os seus impostos aqui no estado de São Paulo para algumas grandes empresas, que têm grandes bancas de advocacia: 350 bilhões. E nós precisamos, enquanto estado, sobretudo aqueles que dependem - o nosso estado tem muitas pessoas nessa situação - da presença ativa do governo de São Paulo para poder ter uma estrutura familiar decente, para poder ter muitas vezes um pré-natal decente, como é o caso das mulheres grávidas que não conseguem sequer ter uma consulta com clínico-geral para fazer um pré-natal.

Nós precisamos ter Delegacia da Mulher aberta aos finais de semana, e com presença no estado São Paulo, o que hoje não temos. A única delegacia que abre aos finais de semana é aqui na Capital, que chega a ser uma vergonha para a luta das mulheres no nosso estado. Nós não temos escolas em condições adequadas, não temos estrutura médico-hospitalar em condições adequadas; as nossas universidades públicas ainda são um sonho dos jovens, filhos de trabalhadores. Muitas vezes é mais fácil ganhar um prêmio de uma loteria do que passar numa universidade de ponta aqui do Estado de São Paulo, em carreiras como medicina aqui na USP, ou as áreas de engenharias na Unicamp.

O estado de São Paulo tem muito a fazer, e para fazer na área da Ciência e da Tecnologia, da Saúde, da Segurança, precisa de recursos.

É um absurdo o atual governador do estado, que ficou três anos como vice, aquele jogador que fica no banco de reservas, e quando entra em campo esmoreceu. Não apresentou nenhuma proposta para esta Casa, nessa área que, na minha avaliação, é área fundamental, que é uma proposta inovadora, criativa, que envolve o conjunto da sociedade, para recuperar esses ativos, 350 bilhões de reais.

Era preciso, na verdade, fazer uma grande auditoria. Precisamos saber quais são as empresas amigas. Será que está a Odebrecht, a Friboi, a Camargo Corrêa, a OAS? Quais são as empresas que não pagam seus impostos em São Paulo? É mais do que um orçamento anual, 350 bilhões.

E é a PGE que faz esse trabalho, junto com a Fazenda Pública, mas sobretudo a PGE, no processo de negociação, de cobrança dessas dívidas. E está aí, com os servidores parados na atividade-meio, porque não são reconhecidos.

Parece que o atual governador Márcio França está dando de ombros para esse movimento. Meu Deus do Céu! Se os servidores que fazem a cobrança dos nossos impostos estão parados, o governador deveria, no primeiro dia, já chamá-los para uma reunião. Ah, não é possível atender 100%? Então, vamos negociar 25%, 10%, colocando em perspectiva um ano, dois anos, mas vamos reanimar esses servidores da PGE.

O que não podemos admitir é que tenhamos, num momento de crise, como esse, de crise grande, em que a população demanda mais por Saúde Pública, porque infelizmente trabalhadores perderam seus empregos. São 14 milhões de desempregados, nesse atual governo, e sem contar os que não procuram mais empregos, porque já estão no desalento. São 30 milhões de brasileiros, compatriotas nossos, que estão vendendo pano de chão nos semáforos, vendendo balas, para poder levar o leite para casa.

E o estado de São Paulo, com 350 bilhões de reais para receber, o governador deixa de ombros o setor que faz essa cobrança, que são os servidores da Procuradoria Geral do Estado.

Estávamos, dias atrás, com os funcionários da Fazenda também em operação tartaruga. Estavam aqui, no plenário desta Casa.

Se as atividades que são essenciais para o estado de São Paulo, para poder funcionar, inclusive, a máquina pública, para o atual governo parece que não faz diferença, deixa parar.

E o dado concreto é que ontem estive na minha cidade, visitando a Procuradoria Geral do Estado, a PGE, e estavam lá, parados, todos os servidores da atividade-meio, porque o prêmio de incentivo está defasado, não há reajuste e reestruturação da carreira há décadas, e as pessoas estão sem motivação para trabalhar.

Quero fazer aqui um apelo ao governador do estado, governador Márcio França, para que abra uma negociação, ele, governador, e não a direção da PGE, Sr. Governador, com os servidores da atividade-meio da PGE. Se tivermos ali, os servidores motivados, e um projeto que eu ainda aguardo nesta Casa, de cobrança da dívida ativa, projeto inovador.

Afinal de contas, ficou três anos no banco de reservas do governador do estado. Aliás, Sr. Presidente, é uma frustração profunda, porque Miguel Arraes, que é o partido do atual governador do estado de São Paulo, foi governador em Pernambuco. O homem que, em defesa da democracia, disse: ‘Não fujo do Palácio dos Príncipes aqui em Recife, não vou fugir, porque fui eleito para o povo. Se quiserem, vão ter que me tirar do governo”. E saiu de espinha reta e cabeça erguida, do governo de Pernambuco, quando o Brasil viveu tempos difíceis, tempos sombrios, de 64 a 79.

Esse homem, grande brasileiro, Miguel Arraes, fundou o PSB - Partido Socialista Brasileiro. E hoje temos um governador aqui em São Paulo, que ficou três anos no banco de reservas. Eu achava que nós teríamos, já, aqui na Assembleia, pautados projetos na área da Segurança Pública, projetos para a Educação e projetos para recuperar a dívida ativa.

E até agora o atual governador do estado de São Paulo, que ficou três anos na reserva, entrou em campo e não mostrou a que veio. Não mandou uma única matéria, para de fato mudar o futuro, mudar a administração pública no nosso estado. Fica aqui a cobrança. Já que agora está tarde para mandar algum projeto, pelo menos que receba os servidores da Procuradoria Geral do Estado para atender as suas reivindicações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato.

O SR. AFONSO LOBATO - PV - Boa tarde a todos. Boa tarde aos servidores desta Casa, ao Sr. Presidente e ao público que nos acompanha pela TV Alesp.

Difícilmente eu venho a esta tribuna para fazer alguma crítica a esta Casa, até porque acredito nela. Acho que esta é uma Casa que tem uma responsabilidade diante do atual momento político de desesperança, de descrédito por parte da população a respeito da classe política. Mas, quando você deixa os seus afazeres, de atender as suas bases, e se dispõe a vir a esta Casa em uma terça-feira, que é um dia normal de trabalho, de atividades - para ir e vir até a minha cidade, Taubaté, eu ando em torno de 300 km -, chega aqui e a Casa está sem definição, às moscas, é frustrante, é decepcionante para quem quer trabalhar, para quem quer ver a coisa andar. Sobre tudo, o custo desta Casa. As pessoas pagam seus impostos, a população.

De fato, eu acho que nós temos que nos debruçar diante disso e encontrar alguma alternativa, porque senão nós não temos nem cara para dizer à população “vote em mim, porque eu vou trabalhar por vocês”. Nós queremos trabalhar, mas não encontramos muitas razões nesta Casa. Ainda bem que o trabalho se desenvolve de mil e outras formas.

Hoje, Sr. Presidente, eu venho aqui porque estou acompanhando muito atento a discussão, a audiência pública no Supremo Tribunal Federal. A audiência pública foi chamada pela ministra Rosa Weber para discutir a questão da descriminalização do aborto até doze semanas. O aborto não é crime em três casos. No restante, o aborto é criminalizado. Existe então um pedido do PSOL e, portanto, a ministra Rosa Weber convocou essa audiência pública.

Eu fico perplexo diante desta realidade e me pergunto como é que nós conseguimos inverter as coisas. Como é que é a vida de um ser humano não vale absolutamente nada mais? Como é que nós vivemos em uma sociedade do descartável, aquilo que não serve se descarta? Acho que estão invertendo as coisas. É questão de Saúde Pública? É questão de Saúde Pública e tem que ser tratado como questão de Saúde Pública, não simplesmente retirar uma criança como se fosse algo que tivesse estorvando, algo que fosse um empecilho. Onde está o valor da vida?

É por isso que, mais uma vez, nós assumimos a defesa da vida desde a sua concepção até a sua morte natural. Nós percebemos a vida de muitas formas sendo agredida, não somente a vida do feto, que, por conta da incompetência do poder público de poder trabalhar e fazer com que, de fato, a Saúde Pública funcione, aquilo que é efeito se torna causa, a inversão dos valores. Defende-se com unhas e dentes a vida de um animal e não se defende a vida do ser humano. Fico pensando na vida do ser humano não somente intrauterina, nos seus primeiros meses, que é a vida que já se forma, que vai se desenvolvendo.

De fato, nosso compromisso é com essa vida, mas também com a vida do ancião, a vida daqueles que já produziram e hoje não produzem mais nada, a vida daqueles que não são mais úteis para a sociedade e, portanto, fazem parte dos descartáveis. Onde nós queremos chegar, onde o ser humano está querendo chegar? Portanto, eu acho que é importante que todos nós nos debruçemos sobre esse assunto, acompanhemos as discussões e, sem nenhuma paixão, seja ela de qual ordem, seja religiosa, seja política, mas que nós possamos olhar os fatos de maneira racional, madura, científica e perceber que, realmente, nós precisamos assumir uma postura na defesa incondicional da vida.

Era isso que tinha a dizer, manifestando aqui a minha preocupação e, sobretudo, a minha indignação diante dessa desvalorização da vida. Vamos juntos trabalhar na defesa da vida e na defesa de um País melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Administração Pública e Relação do Trabalho; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje às 17 horas e 30 minutos, 18 horas e 18 horas e 30 minutos, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 347/18, de autoria da nobre deputada Analice Fernandes, que dispõe sobre a jornada de trabalho de 30 horas semanais aos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, que exercam as funções no poder público, rede privada e filantrópica do Estado no Salão Nobre da Presidência.

O SR. WELSON GASPARIINI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo das lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária da amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas. Está levantada a presente sessão.

\*\*\*
- Levanta-se a sessão às 15 horas e 37 minutos.

\*\*\*

## 7 DE AGOSTO DE 2018

<b>Presidência:</b> <b>CAUÉ MACRIS</b>
<b>Secretaria:</b> <b>CARLOS GIANNAZI, DAVI ZAIA, ED THOMAS e JOÃO CARAMEZ</b>
<b>RESUMO</b>

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão o PL 129/18.
2 - CARLOS GIANNAZI Solicita verificação de presença.
3 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
4 - JOÃO PAULO RILLO Discute o PL 129/18 (aparteado pelos deputados Feliciano Filho e Carlos Giannazi).
5 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS Solicita comportamento regimental dos presentes às galerias. Suspende a sessão por dez minutos, por conveniência da ordem, às 19h19min, reabrindo-a às 19h23min.
6 - MARCO VINHOLI Para comunicação, defende o cumprimento de entendimentos entre lideranças parlamentares acerca da pauta desta sessão.
7 - CARLOS GIANNAZI Discute o PL 129/18 (aparteado pelos deputados João Paulo Rillo e Alencar Lula Santana).

8 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS Lê resposta a questão de ordem formulada pelo deputado Campos Machado, em 2009, acerca da exibição de vídeos em plenário durante processos de discussão de projetos de lei. Crítica postura de deputados que, a seu ver, desrespeitam o andamento das sessões.

9 - MARCO VINHOLI Para comunicação, discorre sobre a postura de parlamentares nesta Casa. Aborda diálogo de seu mandato com representantes do Ipesp.

10 - ED THOMAS Para comunicação, lamenta o assassinato da policial Juliane, em São Paulo. Cobra maior cobertura da mídia em torno do tema.

11 - TEONILIO BARBA LULA Discute o PL 129/18.

12 - ALENCAR LULA SANTANA Requer verificação de presença.

13 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.

14 - FELICIANO FILHO Solicita verificação de presença.

15 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.

16 - ALENCAR LULA SANTANA Discute o PL 129/18 (aparteado pelo deputado Marco Vinholi).

17 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS Encerra a discussão do PL 129/18. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Davi Zaia, de método de votação ao PL 129/18.

18 - CARLOS GIANNAZI Solicita verificação de votação.

19 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

20 - MILTON LEITE FILHO Informa que a bancada do DEM está em obstrução ao processo.

21 - BETH LULA SAHÃO Informa que a bancada do PT está em obstrução ao processo.

22 - FELICIANO FILHO Informa que a bancada do PRP está em obstrução ao processo.

23 - CARLOS GIANNAZI Informa que a bancada do PSOL está em obstrução ao processo.

24 - REINALDO ALGUZ Informa que a bancada do PV está em obstrução ao processo.

25 - CEZINHA DE MADUREIRA Informa que a bancada do PSD está em obstrução ao processo.

26 - GILMACI SANTOS Informa que a bancada do PRB está em obstrução ao processo.

27 - MARCO VINHOLI Informa que a bancada do PSDB está em obstrução ao processo.

28 - ED THOMAS Informa que a bancada do PSB está em obstrução ao processo.

29 - ROBERTO MORAIS Informa que a bancada do PPS está em obstrução ao processo.

30 - ANDRÉ DO PRADO Informa que a bancada do PR está em obstrução ao processo.

31 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS Anota as manifestações. Altera o horário de início da segunda sessão extraordinária para as 22 horas e 30 minutos. Anuncia o resultado da verificação de votação, que não atinge quórum regimental, ficando adiada a votação. Lembra a realização da segunda sessão extraordinária, hoje, a ter início às 22 horas e 30 minutos. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Caué Macris.
\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos passar à Ordem do Dia.

\*\*\*
- Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação - Projeto de lei nº 129, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantias à União em operações de crédito externas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e dá outras providências. Com 10 emendas e Mensagem aditiva do Sr. Governador propondo alterações. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Davi Zaia e Carlos Giannazi para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

\*\*\*
- É iniciada a chamada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Davi Zaia e Carlos Giannazi.

Continua com a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.
O SR. FELICIANO FILHO - PRP - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Eu só queria comunicar aquilo que eu disse na última sessão da semana passada. Acabei de protocolar um requerimento, solicitando que o Colégio de Líderes aconteça neste plenário, para que toda a sociedade possa acompanhar, e que seja transmitido ao vivo, pela TV Alesp e pelas redes sociais.

Era só isso, só para dar um pouco mais de transparência, de clareza, e deixar a sociedade a par de tudo o que é discutido para que ela possa estar presente e participar do Colégio de Líderes. Era só isso.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Gostaria, primeiramente, de registrar a presença dos advogados e das advogadas do Ipesp, os contribuintes da carteira do Ipesp que estão, novamente, sendo vítimas de um golpe, de um ataque do PSDB.

Já foram vítimas desse ataque em 2009, os cartorários em 2010, e agora estão sendo atacados novamente, dessa vez pelo próprio PSDB, porque há um Projeto de lei, o PL 123, pronto para ser votado - há um consenso na Casa em relação a sua aprovação.

O projeto é do próprio governo Alckmin, mas o PSDB está obstruindo, apenas para tentar desgastar a imagem do governo Márcio França. É um absurdo total, é surreal o que está acontecendo aqui na Assembleia Legislativa.

Estamos, então, em nome dos 20 mil advogados, dos cinco mil cartorários, fazendo um apelo para que o projeto seja votado em regime de extrema urgência, até porque as condições já estão dadas. O projeto está pronto para ser votado, foi aprovado no Congresso de Comissões, já temos requerimento de urgência. Inclusive o projeto já foi debatido. Só falta fazer o encaminhamento e votar.

Faço, então, um apelo, não à Assembleia Legislativa, mas à bancada do PSDB que, hoje, é controlada pelo ex-prefeito Doria e está obstruindo a aprovação do PL 123. Temos condições reais e concretas de votar o projeto ainda hoje, então faço esse apelo à Assembleia Legislativa: não penalize, novamente, os advogados e os cartorários.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Agradeço, mais uma vez, a presença dos ativistas da causa animal. (Palmas.)

Vocês, incansavelmente, fazem um trabalho histórico nesta Casa, de convencimento e de cidadania muito importante.

Antes de entrar propriamente na minha fala, gostaria de fazer um exercício de localização geográfica e política de onde estamos. Todos estamos, neste momento, dentro de um dos maiores parlamentos da América do Sul. Todos estamos, neste momento, na Casa Legislativa cujo estado, se fosse separado da nação brasileira, seria maior do que quase todos os países da América do Sul, exceto a Colômbia. Estamos falando de uma Casa Legislativa que representa um estado cujo PIB é maior do que o de dezenas de países pelo mundo. Estamos falando de uma Casa Legislativa que vota uma peça orçamentária de mais de 200 bilhões por ano, fruto do suor sagrado dos trabalhadores, dos negros e negras, das mulheres, dos nordestinos tão discriminados por uma elite recalcada, agressiva e selvagem, que controla e capturou a política do estado de São Paulo e, conseqüentemente, esta Casa.

Então, estou localizando geográfica e politicamente esta Casa para falar da minha decepção em olhar para a presidência desta Assembleia Legislativa e ver uma figura política tão pequena, um político menor, um político que nada tem a ver com a importância do estado de São Paulo, com as necessidades do estado de São Paulo. (Palmas.)

Estamos aqui há mais de um mês, todos os dias presentes aqui advogados, trabalhadores, ativistas, enfermeiros, representantes das universidades públicas, representantes da comunidade do Butantã, que espera os 50 milhões para salvar o Hospital Universitário, e nenhum projeto de interesse do povo, das pessoas se pauta nesta Casa. (Manifestação nas galerias.) Nada! Estamos há mais de um mês sem conseguir votar absolutamente nada.

E por que isso? Apenas que tem uma crise política instalada? Não é apenas isso, porque pela primeira vez o PSDB, de fato, saiu do poder e foi apeado do poder, e agora tenta, num estilo mais vingativo, mais baixo, atralpar o estado de São Paulo portando-se como pessoas de oposição. Até CPI o líder do PSDB propôs. Eles, que nunca assinaram uma única CPI nesta Casa, querem propor uma CPI. Digo a eles que eu assino a CPI deles, mas gostaria que eles assinassem as quase centenas de CPIs propostas para investigar os esquemas desses lacaios corruptos que assaltaram São Paulo durante 20 anos, e eles nunca assinaram. (Manifestação nas galerias.)

O que acontece, minhas queridas e meus queridos companheiros, amigos que ficamos aqui, advogados? O que acontece é que o poder político no Brasil, infelizmente, foi capturado pelos sistemas financeiros, pelos esquemas de corrupção e também as Assembleias Legislativas foram capturadas, especialmente a de São Paulo.

A verdade é que só vota coisas que têm interesse financeiro pesado e oculto. Por exemplo, por que nenhum dos projetos que eu citei, o Ipesp, a LDO, a emenda que conserta o Orçamento e garante dinheiro para o HU, o Projeto de lei nº 31, que proibe o transporte de carga viva, ou o projeto que reduz a jornada de trabalho para os enfermeiros, não foram pautados e aqui estamos? Eu estou discutindo um projeto que vai liberar, nada mais, nada menos, para a senhora Sabesp, tendo o Estado como garantia, 500 milhões de dólares para despoluir o Tietê, o mesmo Tietê que a Sabesp é acusada de poluir. É isso que estamos falando, de uma empresa que abriu o capital e hoje inverteu os valores, transformou água em produto, não faz investimento, deixa faltar água para o povo de São Paulo e está muito preocupada em gerar lucro para seus acionistas. É o que o PSDB fez com o estado de São Paulo, transformou o Estado numa grande indústria de interesses ocultos, sujos, financeiros. É isso o que eles fizeram com o estado de São Paulo. (Manifestação nas galerias.)

E nós poderíamos muito bem dar uma resposta ao povo paulista por meio da Casa Legislativa, que é a Casa do Povo, por meio dos representantes do povo - pelo menos em tese teriam que ser do povo - por um presidente que deveria ter uma autonomia, uma dignidade mínima, mas não tem, faz jogo duplo. (Manifestação nas galerias.) Faz jogo duplo.

É muito estranho, deputado Pedro Tobias, que projeto que interessa ao povo não seja votado; que interessa aos advogados não seja pautado; que interessa aos trabalhadores não seja votado. Mas um projeto que vai garantir o financiamento de 500 milhões de dólares é votado aqui na Casa Legislativa (Manifestação nas galerias.), porque essa Casa Legislativa...

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Gostaria de pedir, preservando o tempo do orador, por favor para que os nossos convidados não se manifestem. Não é lícito pelo Regimento Interno...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PSOL - É que nesse caso o mau exemplo veio do deputado Pedro Tobias, que nem estava com a palavra.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Perfeito, deputado. (Manifestação nas galerias.)

Está suspensa nossa sessão por 10 minutos.

\*\*\*

- Suspensa às 19 horas e 19 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 23 minutos, sob a Presidência do Sr. Caué Macris .

\*\*\*